



QUEM SOMOS?



O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), coordenado pelo desembargador federal Luiz Antônio Soares e auxiliado pelas juízas federais convocadas Cristiane Conde Chmatalik e Karina de Oliveira e Silva Santiago, é responsável no TRF2 pelo planejamento e estruturação dos métodos não-adversariais de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos. O órgão tem a função primordial de promover a cultura da paz social, oferecendo meios consensuais para a solução de conflitos. Em consonância com os parâmetros da Resolução CNI nº 125/2010, o NPSC2 atua, diariamente, por meio de seus órgãos de execução, que são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuse).

FUTUROS CONCILIADORES PARTICIPAM DE AUDIÊNCIA SIMULADA EM AULA PRESENCIAL NA SEDE DO TRF2

A quarta aula presencial do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, organizado pela Escola de Mediação da 2ª Região, foi realizada na quarta-feira (2/4), no auditório da sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Rio de Janeiro. O encontro teve como foco principal o aperfeiçoamento de técnicas e ferramentas aplicadas à conciliação e foi conduzido pela coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), Danielle Cruz Freire de Carvalho. Ao longo da exposição, os cursistas fizeram uma verdadeira imersão por práticas que serão essenciais para a condução eficaz de uma audiência de conciliação. Entre as técnicas utilizadas, a instrutora resalta a importância de estabelecer o "rapport", palavra francesa que remete ao conceito extraído da psicologia e significa "criar uma relação". Na conciliação, ela envolve pelo menos três elementos: atenção mútua, sentimento positivo compartilhado e dueto não verbal bem coordenado.

Foto: Fernando dos Santos



Aula conduzida pela coordenadora do NPSC2, Danielle Carvalho

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

“Às vezes, a parte chega à audiência apreensiva, com muitos receios e incertezas. O rapport é a primeira conexão estabelecida entre o conciliador e aquele que busca a Justiça Federal para solucionar um conflito. Esse vínculo inicial é um exercício de empatia que promove confiança e engajamento mútuo”, explicou.

Os alunos também foram apresentados a outras técnicas fundamentais para o bom andamento da sessão conciliatória, entre elas a escuta ativa, o respeito aos princípios da imparcialidade e da confidencialidade; a comunicação acessível, além do empoderamento das partes e da decisão informada. Em seguida, os cursistas participaram de uma audiência simulada em que teriam que colocar em prática as técnicas e ferramentas aprendidas durante a capacitação por meio da conciliação de casos concretos.

Para a servidora da 1ª Vara Federal de Petrópolis, Karen de Freitas Silva Coelho, a atividade deixou bons ensinamentos. “O exercício realizado permitiu entendermos a dinâmica da conciliação. Com isso, foi possível perceber interações entre as partes, o que possibilitou a aplicação das técnicas ensinadas durante a aula”, comentou.



Foto: Fernando dos Santos

Danielle Carvalho apresenta técnicas que devem ser utilizadas pelos futuros conciliadores judiciais nas audiências



Foto: Fernando dos Santos

Servidora da 1ª Vara Federal de Petrópolis, Karen de Freitas Silva Coelho ao lado da coordenadora do NPSC2, Danielle Carvalho

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 - abril de 2025

Foto: Carlos Felipe



Cursistas apresentam resultado da atividade prática realizada durante a aula

Foto: Carlos Felipe



Alunos participaram de audiência simulada



ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO SOBRE MATÉRIAS CONCILIÁVEIS NA JUSTIÇA FEDERAL

Os alunos do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais receberam, na quarta-feira (9/4), capacitação sobre qualidade em processos autocompositivos e matérias conciliáveis no âmbito da Justiça Federal. O encontro, promovido pela Escola de Mediação da 2ª Região, contou com tutoria da juíza federal da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), Cristiane Conde Chmatalik, e aconteceu no auditório da sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A magistrada iniciou a apresentação com um panorama histórico da conciliação na Justiça Federal, com destaque para a Resolução n° 398/2016 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que estabeleceu uma série de critérios e diretrizes para a política de solução consensual dos conflitos, como atribuições, competências, estrutura e necessidade de cursos de capacitação. Também pontuou que, entre as principais matérias conciliáveis, estão demandas relacionadas à Caixa Econômica Federal (CEF), à União e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Logo depois, compartilhou experiências exitosas como a instituição da Reclamação Pré-Processual (RPP), que permitiu a realização da autocomposição antes da existência de um processo judicial; os mutirões para acordos de execução de anuidades da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), de ações sobre gratificações de servidores com a Advocacia Geral da União (AGU), de desapropriação de rodovias, entre outras.

Foto: Fernando dos Santos



Aula sobre Matérias Conciliáveis com a juíza federal Cristiane Conde Chmatalik

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

A instrutora também destacou a expertise adquirida pelo Tribunal com as conciliações de processos relacionados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). “Durante muito tempo, essas demandas dominaram a pauta da Justiça Federal. No Rio de Janeiro, onde o metro quadrado é um dos mais caros do país, era comum lidarmos com imóveis de alto valor cujos proprietários não tinham condições de arcar com os pagamentos. A conciliação foi essencial para resolver milhares desses casos. Era preciso ter flexibilidade, sentar à mesa, dialogar e negociar com as pessoas, características essenciais da conciliação”, explicou. A juíza federal também falou sobre a estrutura disponível na Justiça Federal para execução das políticas de solução consensual de conflitos, como a instituição do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) e dos centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuse’s). “Os Centros atuam como unidades judiciais de primeira instância, assim como Juizados e Varas, e têm ganhado destaque na estrutura do Judiciário. Os magistrados que atuam nesses órgãos podem, por exemplo, emitir requisições de pequeno valor e de precatórios, entre outras funções”, complementou.

Foto: Fernando dos Santos



Cursistas recebem capacitação sobre matérias que são enviadas para conciliação na Justiça Federal

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

Foto: Fernando dos Santos



Coordenadora do NPSC2, Danielle Carvalho apresenta aos alunos a forma correta de preenchimento do termo de audiência

Durante o encontro, a coordenadora do NPSC2, Danielle Cruz Freire de Carvalho, apresentou aos alunos a forma correta de preenchimento dos termos de audiência, documento que conterá todos os dados relevantes da Sessão de Conciliação, como os nomes das partes e advogados e os pontos definidos no acordo. As atividades do Curso de Formação de Conciliadores continuam por meio da Plataforma Moodle com o último encontro presencial previsto para acontecer no dia 24 de abril.



ÚLTIMA AULA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES JUDICIAIS REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DURANTE AS AUDIÊNCIAS

Na quinta-feira (24/4), aconteceu o último encontro presencial do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, organizado pela Escola de Mediação da 2ª Região, no auditório da sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Rio de Janeiro. Com o tema “Técnicas de Negociação, Comunicação e Percepção da Realidade”, a aula foi ministrada pelas juízas federais convocadas em auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), Cristiane Conde Chmaralik e Karina de Oliveira e Silva Santiago, e teve objetivo de recapitular temas que já foram trabalhados ao longo do curso. As magistradas enfatizaram a relevância da escuta ativa, empatia, imparcialidade e capacidade de observar comportamentos e emoções das partes, qualidades desejáveis de um bom conciliador. A juíza federal Karina Santiago destacou a necessidade de evitar julgamentos antecipados. “Precisamos entrar na audiência como uma folha em branco, prontos para ouvir, entender os interesses das partes e construir um caminho juntos. Isso exige deixar de lado qualquer ideia pré-formada”, disse. As instrutoras reforçaram que o uso de linguagem simples e de uma comunicação clara e acessível contribuem para o fortalecimento do diálogo com as participantes. Elas também tiraram dúvidas a respeito do papel desempenhado pela conciliação na justiça. “Existe um conceito equivocado que diz que a mediação e a conciliação são métodos alternativos a fim de extinguir processos. Não é isso. O que propomos é a busca da forma mais adequada de resolução para o caso concreto e, às vezes, a melhor solução é a conciliação e a mediação”, salientou a juíza federal Cristiane Conde Chmaralik.

Foto: Alessandra Amorim



Aula conduzida pelas juízas Cristiane Conde Chmaralik e Karina de Oliveira e Silva Santiago

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025



Foto: Danielle Carvalho

A cursista Vânia Braga Amarante Correa emocionou a todos com discurso sobre os impactos da conciliação em sua vida

Alunos destacam aprendizado adquirido no curso

Durante o encontro, os cursistas participaram de atividade prática voltada à aplicação de técnicas abordadas ao longo da formação, oportunidade para aprofundar aspectos fundamentais das audiências de conciliação, como a identificação de questões, interesses e emoções das partes envolvidas. O encerramento da aula foi marcado por um clima de gratidão e conquista entre os participantes que concluíram essa importante jornada de conhecimento.

Após emocionar os colegas com leitura de texto no encerramento da aula, Vânia Cristina Braga Amarante Correa, que atua no comércio varejista no município de Araruama, compartilhou sua experiência com a conciliação. "O curso me ensinou a ouvir atentamente as necessidades e preocupações do outro. Primeiro, eu apliquei as técnicas em mim com intuito de transformar outras vidas e isso gerou uma mudança de postura permitindo a melhoria da comunicação dentro da minha casa, comentou.

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

Foto: Vânia Correa

Moradora de Bom Jesus do Itabapoana, localizado a pouco mais de 300 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, Thaís Costa Furtado, técnica judiciária da Vara Federal Única de Itaperuna, falou sobre o esforço pessoal envolvido na capacitação. “Concluir o curso foi uma experiência desafiadora e a trajetória até aqui foi incrível, desde as aulas presenciais até as atividades propostas. Além do crescimento profissional, também pude experimentar uma evolução na minha vida pessoal”.

O mesmo sentimento foi compartilhado por sua colega, a também servidora da Vara Federal Única de Itaperuna Elaine Batista Matta Brandão. “Fui impactada com o conteúdo do curso, com a relação com as colegas de turma e com os professores, que transmitiram conhecimentos preciosos que levarei para minha atividade como conciliadora”, concluiu.



Servidoras Elaine Brandão e Thaís Furtado comemoram a conclusão do Curso de Formação de Conciliadores

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

O professor de Direito José Alfredo dos Santos Júnior refletiu sobre os impactos mais amplos do aprendizado. "Percebi o quanto os métodos consensuais de resolução de conflitos contribuem imensamente para a democracia e a justiça social, especialmente por darem espaço à participação de 'vozes' minoritárias da nossa sociedade. Aprendi também que o objetivo da pacificação social somente se realiza com justiça material no caso concreto, e que talvez tenhamos que pensar em outros esquemas capazes de reduzir a nossa imensa conflituosidade social", pontuou.

A parte teórica do curso será finalizada no dia 28/4 com a entrega da atividade relacionada à Unidade VI que consiste no planejamento da sessão de conciliação incluindo as fases, ferramentas e técnicas que podem ser aplicadas.

Foto: Danielle Carvalho



Atividade prática no auditório da sede do TRF2 com exposição de casos concretos de conciliação por parte dos alunos



VIADUTO VEGETADO DA BR-101 É MARCO ALCANÇADO POR MEIO DA CONCILIAÇÃO JUDICIAL PROMOVIDA PELO CEJUSC-AMBIENTAL

Foto: Reprodução Arteris Fluminense

A travessia inédita de uma onça-parda pelo viaduto vegetado erguido sobre a BR-101, no trecho que corta o município de Silva Jardim (RJ), representa o resultado concreto de uma conciliação bem-sucedida conduzida pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental (Cejus-Ambiental). O órgão integra o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e tem a missão de buscar soluções consensuais entre as partes em processos envolvendo causas ambientais complexas.

O acordo judicial foi firmado no contexto de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal para garantir o cumprimento de medidas compensatórias para preservação da fauna silvestre da Reserva Biológica de Poço das Antas e da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João por ocasião das obras de duplicação da rodovia, especialmente no trecho compreendido entre os quilômetros 190,3 e 261,2. A ocorrência de incêndios florestais e de atropelamento de animais que residiam na unidade de conservação estavam entre os danos relatados.

Destaques da Conciliação



Travessia de onça-parda no viaduto vegetado da BR-101 foi flagrada pelas câmeras

BOLETIM INFORMATIVO

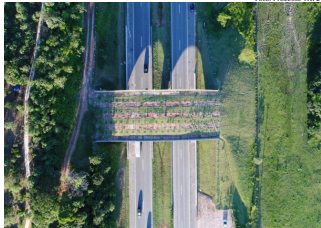
NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

Foto: Processo TRF2



O viaduto vegetado foi instalado na BR-101 no trecho que corta o município de Silva Jardim (RJ)

A demanda foi enviada ao Cejusc-Ambiental em 2020, onde foram realizadas sete audiências com participação de diversos órgãos, como Arteris Fluminense, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outros. Os termos do acordo incluíram desde a forma de plantio no viaduto até a compensação ambiental em área de três hectares.

Para a coordenadora do Cejusc-Ambiental, juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho, a conciliação é uma ferramenta estratégica capaz de construir acordos mais sustentáveis. “Como ponte entre interesses divergentes, a conciliação permite que a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico caminhem lado a lado, transformando litígios complexos em soluções criativas que honram tanto a urgência ecológica quanto às necessidades humanas, produzindo resultados mais justos, duradouros e amplamente aceitos por todas as partes envolvidas”, observou a magistrada.

A sentença homologatória foi proferida em novembro de 2021 e, desde então, o viaduto vegetado, que faz conexão entre a Reserva Biológica de Poço das Antas e o Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, demonstra sua eficácia ao permitir a travessia segura de espécies como cachorro-dormido, tamanduá-mirim, lagarto teiú, e, agora, a onça-parda.



INCLUSÃO NA PRÁTICA: EMPATIA E ACESSIBILIDADE TRANSFORMAM AUDIÊNCIA E TRAZEM LIÇÕES PARA OS FUTUROS CONCILIADORES

Parecia mais um dia comum na rotina dos conciliadores Diogo Augusto Neves e Fernanda do Coutto: diversas audiências agendadas, contato com partes e advogadas e a expectativa de promover solução adequada em muitos conflitos. Em algumas audiências, a satisfação em ver cidadãos satisfeitos por terem suas demandas atendidas; em outras, a frustração ao perceberem que, mesmo diante da oportunidade ofertada, não foi possível estabelecer comunicação necessária para que as partes chegassem a um consenso. Porém, aquela sessão foi diferente.

Na conciliação em questão, havia uma especificidade, a parte autora era deficiente visual. Assim que ela foi apresentada, Fernanda do Coutto utilizou uma das ferramentas mais importantes ensinadas no Curso de Formação de Conciliadores Judiciais: a comunicação acessível e inclusiva. Antes de iniciar a sessão, a conciliadora pediu a atenção de todos que estavam presentes para fazer a audiodescrição completa da sala virtual. "Imediatamente, a parte autora e seu patrono agradeceram com um sorriso que contagiou todos na sessão. Percebi uma total empatia com a atitude da conciliadora", afirmou o servidor Diogo Augusto Neves.

Foto: Fernando dos Santos



Fernanda do Coutto e Diogo Neves relatam experiência durante aula do Curso de Formação de Conciliadores

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

Foto: Fernando dos Santos



Fernanda do Coutto e Danielle Carvalho

De forma detalhada, Fernanda do Coutto descreveu seus traços corporais, os itens que utilizava, o formato de visualização da audiência, com presença de telas que correspondiam a cada pessoa presente e até a camisa que vestia, estampada com corações. "A autora, emocionada, agradeceu. Disse que até aquele momento não sabia como seria a audiência e que finalmente 'conseguia ver' com a escuta. O clima foi transformado. O que antes era uma sessão técnica tornou-se um espaço de empatia, acolhimento e dignidade. O acordo foi firmado com ajustes mínimos, em clima de respeito mútuo e reconhecimento", comentou Fernanda. A experiência na audiência, relatada para os alunos do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, inspirou Fernanda a produzir um artigo (disponível [neste link](#)) em que relata a importância da aplicação das técnicas, como a escuta ativa, a audiodescrição e o rapport, essenciais para condução adequada de uma sessão de mediação e conciliação.

Foto: Reprodução Instagram Mediar com Você

CAMISA DE CORAÇÕES

Quando escutar com o coração
transforma uma audiência em
acolhimento.



Um relato real sobre empatia,
acessibilidade e mediação com alma.

Experiência em audiência impulsionou criação de artigo



NPSC2 AVANÇA PARA AMPLIAR POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO EM PROCESSOS ENVOLVENDO BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) se reuniu com procuradores federais da Advocacia-Geral da União (AGU) para a definição de estratégias de conciliação em processos relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo a identificação de novos temas que possam ser resolvidos por meio de sessões de conciliação realizadas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Conduzido pelas juízas federais convocadas em auxílio ao NPSC2, Karina de Oliveira e Silva Santiago e Cristiane Conde Chmatalik, o encontro, realizado na última quarta-feira (9/4), contou com a participação dos procuradores federais Gabriel Motta Pinto Coelho, Clarice Ribeiro Nobre, Tatiana Amo Di Palma e Henrique Rezende de Albuquerque Cesar; da coordenadora do NPSC2, Danielle Cruz Freire de Carvalho, e da servidora Aline Silva Cunha. Além disso, em reunião com representantes da Central de Perícias do INSS, foi discutida a possibilidade de inclusão, no fluxo de conciliação, de processos que contenham laudo pericial favorável ao segurado. Nessas hipóteses, as ações poderão ser encaminhadas aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) para agendamento de audiências. Como órgão responsável pelo gerenciamento das políticas de incentivo aos métodos consensuais de resolução de conflitos no âmbito da Justiça Federal, o NPSC2 mantém diálogo constante com autoridades e entidades públicas com objetivo de expandir a cultura da conciliação.

Foto: Fernando dos Santos



Reunião definiu estratégias de conciliação em processos relacionados ao INSS



NPSC2 VISITA CEJUSC TERESÓPOLIS PARA FORTALECER AÇÕES DE CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) realizou, na última sexta-feira (25/4), visita institucional ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) de Teresópolis, na região Serrana do Estado do Rio. A iniciativa integra o roteiro de encontros promovidos com magistrados e servidores das unidades com o objetivo de aperfeiçoar e difundir a prática da conciliação e da mediação na Justiça Federal. A juíza federal convocada em auxílio ao NPSC2, Karina de Oliveira e Silva Santiago e a coordenadora do Núcleo, Danielle Cruz Freire de Carvalho, foram recepcionadas na sede da Subseção Judiciária de Teresópolis pelo coordenador adjunto do Cejus local, juiz federal Caio Márcio Guterres Taranto. O encontro também contou com visita à região da Quinta Lebrão, área objeto de processo de reintegração de posse proposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A demanda recebe tratamento especializado da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), que atua na resolução pacífica de conflitos fundiários coletivos, urbanos e rurais, com atenção especial às situações que envolvam populações em condição de vulnerabilidade.

Foto: Cejus-TE



Coordenadora do NPSC2, Danielle Carvalho ao lado dos juízes federais Caio Taranto e Karina Santiago

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

Foto: Cejusc-TE



Encontro contou com visita à região da Quinta Lebrão

Foto: Cejusc-TE



A área é objeto de processo de reintegração de posse ajuizado pelo INSS



ENCERRAMENTO DE UM CICLO: JUÍZA KARINA SANTIAGO SE DESPEDE DO CEJUSC-RIO

Foto: Raphaela Bastos

Após seis anos à frente do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Rio de Janeiro (Cejusc-Rio), a juíza federal Karina de Oliveira e Silva Santiago encerrou seu ciclo de atuação no órgão. O juiz federal Ian Legay Vermelho foi designado para assumir a coordenação do Cejusc-Rio após publicação do Ato nº 259/2025 da Presidência do TRF2. A magistrada, que permanece na coordenação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), relembrou sua trajetória no órgão, iniciada em 2019 e elencou os principais desafios superados.

“O Cejusc da Capital foi estruturado com muito planejamento, empenho e cuidado, pois pensamos em cada detalhe, como a implantação do sistema e-proc, da sala humanizada, além dos diversos mutirões realizados durante a pandemia em ações relacionadas ao auxílio emergencial. Agora, volto a me dedicar integralmente à jurisdição da 2ª Vara Federal de Itaboraí, onde também posso fazer a diferença”, concluiu.



Juíza federal Karina Santiago coordenou o Cejusc-Rio por seis anos

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região

Edição n° 003/2025 – abril de 2025

O PAINEL DA CONCILIAÇÃO É ATUALIZADO DIARIAMENTE E ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NO SITE DO NPSC2

Reprodução: Site do NPSC2



Produção do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região

Desembargador Federal Diretor-Geral Luiz Antonio Soares

Desembargadora Federal Vice-Diretora-Geral Letícia De Santis Mello

Juíza Federal Convocada em Auxílio Cristiane Conde Chmatalik

Juíza Federal Convocada em Auxílio Karina de Oliveira e Silva Santiago

Danielle Cruz Freire de Carvalho

Alessandra Amorim Soares

Alina Damascena de Amorim

Aline Silva Cunha

Carlos Felipe Borges da Silva

Fernando dos Santos

Jorge Henrique Alves Barros

Lucas de Sequeira Batista Levenhagen

Raphaella Lisboa Soares de Bastos

Renata Bêrenger Samaras de Almeida

Vander Miranda Martins

Gabriel Ribeiro Pereira - estagiário

Gabriella Motta Gonzales Selba - estagiária

Jéssica Melgão Santana - estagiária